



História das Ações Afirmativas nos EUA: Desdobramentos a Partir do Dever de Justa Memória em Ricoeur¹

Monique de Jesus Bezerra dos SANTOS ²

Elton Moreira QUADROS³

Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, BA

Resumo

Em um cenário utópico, onde se suporiam resguardadas de fato a liberdade e a igualdade para todos, discriminação e racismo poderiam estar em desuso e as ações afirmativas restariam desnecessárias. No entanto, em um ano marcado pela pandemia de COVID-19, Brasil e Estados Unidos compartilham governos conservadores, refletindo divergências sociais que não deixaram de existir entre a crítica e a aceitação das ações afirmativas. A mediação tecnológica, encontrada como alternativa na pandemia para todos os níveis de ensino, mais uma vez desnuda a fragilidade das condições de acesso e permanência no Ensino Superior pelos grupos historicamente subjugados, especialmente de origem afro-americana, revelando uma exclusão social persistente. É nesse ponto onde a meritocracia da sociedade capitalista soma-se a outros problemas sociais, econômicos e culturais, acentuando desigualdades e demarcando mais uma vez na história o Ensino Superior como um privilégio. Neste estudo, em uma perspectiva fenomenológica hermenêutica, as ações afirmativas são postas em um resgate histórico até sua origem, nos Estados Unidos, a fim de se entender como essas leis, reflexo dos movimentos sociais, se desenvolveram naquele país e influenciaram também no Brasil o repensar sobre a possibilidade de diminuição das lacunas criadas por anos de marginalização social e política das minorias sociais. Por fim, a partir do conceito de dever de justa memória em Ricoeur, examinamos as condições e as problemáticas que permitiram que as ações afirmativas chegassem à atualidade sem haver, contudo, legado ao esquecimento as dívidas históricas resultantes de um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade: a escravidão.

Palavras-Chave: Política de Cotas; Universidade; Desigualdade social.

Considerações Iniciais

Originárias dos Estados Unidos, as ações afirmativas se referem às políticas temporárias de redução da discriminação com vistas a proporcionar igualdade de

¹ Trabalho apresentado no GT 03 – Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero, do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Analista Universitária da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VIII, Paulo Afonso – BA. Membro do grupo de pesquisa em Fenomenologia, Memória e Justiça, e-mail: mjbezerra@uneb.br;

³ Professor orientador: Doutor em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VIII, Paulo Afonso-BA; Professor do PPG de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da UNEB; Líder do grupo de pesquisa em Fenomenologia, Memória e Justiça, e-mail: emquadros@uneb.br.



oportunidades de estudo e trabalho às minorias, atuando na diminuição das lacunas criadas por anos de marginalização social e política. Essas políticas, a princípio, tinham como principal alvo comunidades negras (OSUAGWU, 2014).

Terry H. Anderson, em 2005, conclui seu livro “*The pursuit of fairness: a history of affirmative action*” (A busca pela justiça: uma história da ação afirmativa, em tradução livre) com uma série de questionamentos que coincidem com a nossa motivação para adentrar nessa temática: as ações afirmativas devem se perpetuar ou seriam temporárias? Após décadas de ações afirmativas, a dívida histórica pôde ser paga? As ações afirmativas enfim alcançaram seus objetivos?

A história recente nos mostra a persistente controvérsia em torno das ações afirmativas, diante de um cenário onde a discriminação e o racismo perduram, gerando ainda consequências desastrosas. Desse modo, ao propormos o resgate histórico dessas ações, percebemos a complexidade dos contextos nos quais estas foram inseridas como uma via de reparo na esfera governamental.

Para tanto, dividimos este trabalho em três seções. Nas duas primeiras partes, a fim de pontuar a resposta governamental em torno das questões levantadas mais acima e, do mesmo modo, encontrar a origem das ações afirmativas enquanto política pública, refazemos os passos da história estadunidense em torno destas, indo do tempo presente ao passado, a partir da exposição das ações de governo frente às demandas sociais que as fundamentaram. Na terceira parte, no entanto, analisamos algumas implicações da condição de emergência dessas ações a partir do encontro com o debate em torno do dever de memória proposto por Ricoeur (2007).

Destacando que as ações afirmativas não se concretizam enquanto políticas públicas governamentais sem a força dos movimentos sociais e transformações históricas que as catalisam, optamos por situar a discussão apenas na esfera de decisão de governo, sem focalizar nos acordos internacionais e nos movimentos sociais dessa causa, para tentar entender, da forma mais precisa possível, dadas as limitações do estudo, seus alcances enquanto política pública de reparação⁴ social.

Metodologia

⁴ Nesse tocante, Guazzelli (2010) informa que a noção de dever de memória teve origem na França após a Segunda Guerra, sendo sempre relacionado à passados sensíveis e sua respectiva demanda por reconhecimento e reparação no momento presente. Essas demandas, no Brasil, segundo ao autor, podem ser vistas na memória dos anos de ditadura e, em maior escala, na luta pelas ações afirmativas para afrodescendentes.



Lakatos e Marconi (2003) definem como estudos exploratórios aqueles cujo objetivo é formular questões e problemas para, entre outras finalidades, aproximar pesquisadores e fenômeno. Compreendendo esta etapa, por meio de pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias, através de uma abordagem teórica, exploramos fatos e relações que ainda não estão totalmente esgotados em torno das ações afirmativas, apesar da ampla abordagem do tema. Nesse sentido, comunicações oficiais, leis, decisões judiciais, jornais, artigos científicos e livros foram levantados de modo a permitir uma aproximação qualitativa com os problemas iniciais da pesquisa, em busca de novas nuances de sentido e elos lógicos (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Assim, na análise de dados, após situar a origem das ações afirmativas enquanto demanda histórica, a intersubjetividade, conforme definida por Schutz (CASTRO, 2012), no processo social, passa pelo exame da experiência e da ação, estes últimos entendidos como resultado de interações necessariamente coletivas, a despeito da aparente redundância, num fluxo de reelaboração, fundição e rompimento, que gera um processo de sedimentação intersubjetivo. Nessa assertiva, utilizamos a fenomenologia sociológica de Schutz ao passo em que ela situa a cultura numa dimensão pragmática, como o ato social pelo qual nos relacionamos com o mundo, de modo a poder reconhecer e interpretar as situações e impasses constituídos ao longo do tempo, para superá-los.

Primeiro Recuo: Ascensão e Queda das Ações Afirmativas nos EUA

Precocemente, ainda sem haver chegado ao governo de Donald Trump, Osuagwu (2014) já havia anunciado o final feliz para a história das ações afirmativas nos EUA, quando apontou a eleição do primeiro presidente afro-americano como um épico fim para a luta por igualdade racial e emancipação econômica do povo negro, erigindo o marco onde estas políticas enfim poderiam “descansar em paz”, visto que as asas da discriminação haviam sido quebradas. Osuagwu (2014) previu, ainda, que o debate sobre as ações afirmativas teria lugar apenas em pequenos círculos acadêmicos que permanecessem apegados à ideia do racismo institucionalizado, que ele classificou como sendo ultrapassada. Mas, diante dos acontecimentos mais recentes, até onde se pode sustentar essa perspectiva no contexto norte-americano?



No ano de 2020, depois de a humanidade ter vivenciado, refletido e deliberado legalmente sobre seus grandes crimes, fatos como preconceito, discriminação e racismo já deveriam ser palavras em desuso e as ações afirmativas já não deveriam ser necessárias e tampouco discutidas em sua legalidade, diante de um cenário ilusório e quase utópico, onde se suporia resguarda de fato a liberdade e a igualdade para todos. No entanto, em um ano marcado pela pandemia de COVID-19, Brasil e Estados Unidos compartilham contextos de crise política dentro de governos conservadores, onde cidadãos se contrapõem entre crítica e aceitação das ações afirmativas e também das causas que fundaram sua necessidade.

Em outra face dessa persistente desigualdade, muitas famílias e indivíduos não têm ainda uma renda que lhes proporcione total acesso à tecnologia, internet e equipamentos de qualidade que lhes permita a continuidade dos estudos em todos os níveis de ensino, inclusive o Superior, onde também a mediação tecnológica se vê como única saída em um futuro próximo no contexto da pandemia. É nesse ponto onde a suposta meritocracia da sociedade capitalista soma-se a outros problemas de ordem social, econômica e cultural, acentuando desigualdades ainda existentes e revelando, mais uma vez na história, o Ensino Superior como um privilégio.

Segundo Anderson (2005), é inegável que nos Estados Unidos, as ações afirmativas resultaram em uma mudança considerável no corpo estudantil das Universidades, no entanto, o exagero da mídia sobre seu real alcance, ao invés de fazer os cidadãos a entenderem enquanto ponto de mudança, tende a focar numa aparente injustiça na ocupação das vagas em instituições de Ensino Superior altamente competitivas.

Enquanto isso, as perdas que corporificam a necropolítica de Mbembe (2016) nos Estados Unidos se revelam pela violência policial contra negros, que culminou recentemente no assassinato de George Floyd e gerou uma onda de protestos antiracistas mundial, especialmente através do movimento global denominado “*Black lives matter*” (2020), que diz, em tradução livre, que as “vidas negras importam”, reascendendo a visibilidade de uma desigualdade ainda muito latente.

Pano de fundo para essas questões, nos Estados Unidos, em 2018, as ações afirmativas estavam se apagando com a medida do presidente Trump, que sinalizava que as administrações universitárias iriam adotar seleções às cegas, abandonando as ações afirmativas fixadas no governo Obama que, de modo oposto, consideravam a



raça dos candidatos como um importante fator para promoção da diversidade nos Campi.

Segundo informações veiculadas pelo jornal *The New York Times* (GREEN; APUZZO; BENNER, 2018), esse movimento da administração de Donald Trump voltava as ações afirmativas à era Bush, lançando-as em uma encruzilhada, visto que a visão oficial do governo, apesar de não ter força de lei, poderia levar candidatos beneficiados por ações afirmativas à ter que lutar judicialmente pela legalidade da sua forma de ingresso no Ensino Superior, frente à possíveis denúncias e investigações que reverteriam suas possibilidades de financiamento público nas Universidades.

Até muito pouco tempo atrás, com Obama na presidência dos Estados Unidos, a discussão das ações afirmativas era fortalecida não apenas pelo apoio aos programas que garantiam a diversidade e utilização da perspectiva racial como critério de escolha dos candidatos nas Universidades mas, também, estendiam-se à uma ideia de fortalecimento da classe média como um todo, através de programas de distribuição de recursos e oportunidades, levando o tema das ações afirmativas ao domínio público (OSUAGWU, 2014).

Enquanto isso, no Brasil, políticas públicas de distribuição de renda e igualdade de direitos ganhavam cada vez mais destaque e amplitude, de modo que Maggie (2008) conseguia antecipar que a eleição de Obama nos EUA teria sido um marco para cumprir a história das políticas afirmativas em ambos os países, gerando um processo que a autora citou como sendo a divisão dos cidadãos brasileiros para fins de direito como sendo brancos e negros, e criando uma divisão racial que, contraditoriamente, nos aproximaria da divisão norte-americana pré-Barack Obama.

Antes disso, enquanto o Brasil dava ainda os primeiros passos em relação à implementação das ações afirmativas, na corrente contrária, os EUA da primeira década dos anos 2000, dada a autonomia dos Estados que compõem o país, começavam a pôr fim nessas ações, banindo o tratamento preferencial para as minorias sociais em admissões para cursos Universitários, e deliberando pela inconstitucionalidade das ações afirmativas. Nesse viés, o então presidente George W. Bush elogiava a decisão dos tribunais, destacando o que ele considerava como um “equilíbrio cuidadoso” que deveria ser buscado entre a necessidade da diversidade nos Campi universitários e a proteção igualitária preconizada na Constituição nacional (ANDERSON, 2005, p. 287). Ainda, segundo Anderson (2005), a heterogeneidade de



tratamento dessas questões em todo o território norte-americano, deixava a nação submetida à uma colcha de retalhos de práticas de admissão nas Universidades.

Moraes (2013, p. 27) descreve, no entanto, o sistema dos EUA como sendo o “mais capilarizado e mais prestigioso sistema de Ensino Superior do globo” mas, é importante ressaltar que este é composto principalmente por instituições seculares privadas, sendo que a maior parte de acesso aos cursos superiores pelas minorias sociais se dá ainda nas chamadas *Community Colleges*, que ofertam cursos com menor duração e são financiadas em sua maior parte pelos governos estaduais (OLIVEN, 2005).

Assim como fez Trump mais recentemente, apesar de não haver um sistema federal de Ensino Superior para conduzir, Bush também manifestou sua inclinação pela refutação das ações afirmativas. Bush, no entanto, sofreu uma série de ataques à sua pessoa diante desse posicionamento, segundo Anderson (2005). De modo geral, os ataques a que se refere o autor estavam relacionados ao questionamento do seu mérito para ingresso em duas das melhores Universidades do país, tendo como vantagem o seu sobrenome, a despeito das notas obtidas nos exames admissionais. Essa vantagem que coloca filhos e netos de *alumni* (ex-alunos) ou membros de destaque na sociedade na frente de outros candidatos mais preparados é prática comum nas melhores Universidade dos EUA.

O sobrenome de George W. Bush o teria levado a cursar o Ensino Superior nas mais prestigiadas Universidades da *Yve League*, de onde ele conseguiu um desempenho que ia do mediano ao ruim, segundo Anderson (2005). Osuagwu (2014) é também bastante crítico em relação ao tratamento dado pelo governo Bush às ações afirmativas. O autor pondera que Bush havia esquecido ter sido beneficiado no seu ingresso em Yale, como *undergraduate*⁵ e também na Escola de Administração de Harvard, como estudante de graduação.

Segundo Alves (2002), como já se tornava corriqueiro em seu governo, em 2001, Bush se retirava de mais um acordo internacional, dessa vez na Conferência de Durban⁶. Enquanto isso, Maggie (2008) credita ao presidente Fernando Henrique

⁵Que seria uma formação mais geral precedente da graduação a ser escolhida ou um preparatório para o Mestrado e Doutorado. Há profissões nos Estados Unidos que somente podem ser exercidas por alunos que cumprem a etapa posterior a essa fase, que é chamada de graduação; é o caso da medicina, por exemplo.

⁶ Resultado de décadas de pressões de movimentos sociais em todo o planeta, foi promovida pela ONU a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, na África do Sul. Segundo Alves (2002), precedendo em pouquíssimos dias os



Cardoso, nessa mesma Conferência, a proposição do sistema de cotas raciais para ingresso nas Universidades como forma de reparação social em nosso país. Esse movimento geraria, segundo a autora, um processo controverso, um “passe de mágica” em suas palavras, que mudaria a costumeira sociedade brasileira dividida em classes para outra configuração, onde a divisão em categorias identitárias, semelhante à norte-americana, surgia sem precedentes. Ainda na ocasião da Conferência:

A questão das reparações pela escravidão, a que se associava a ideia de um pedido de perdão pelo colonialismo, foi, sem dúvida, das mais complexas, inclusive por não se tratar de reivindicação unívoca. Dentro dos movimentos negros do continente americano como um todo, as propostas já variavam desde a de adoção de políticas públicas eficazes, na linha das quotas ou preferências estabelecidas nos Estados Unidos na sequência do movimento pelos direitos civis dos anos 50-60, a postulações de indenizações em dinheiro, a serem pagas, em bloco ou individualmente, aos descendentes vivos dos escravos (essa ideia nunca chegou a ser claramente explicitada, não se tendo sabido nunca quem pagaria o quê, como e a quem). Envolvia, em sentido inteiramente distinto, a reivindicação de compensações interestatais, cobrada pelo Grupo de Estados Africanos, na forma de doações financeiras, de esquecimento da dívida ou de assistência aumentada. Tal postulação, de sentido Sul-Norte, pela insistência com que se apresentava, demonstrava não apenas uma diferença de enfoque entre os africanos da África e seus parentes da diáspora, como também uma diferença essencial na maneira de interpretar a natureza da Conferência: para o Grupo Africano ela deixava de ser um encontro sobre direitos humanos para constituir um foro eminentemente econômico (ALVES, 2002, p. 205).

Retomaremos, mais adiante, algumas das questões provocadas pela Conferência como sendo um importante gatilho para compreensão das problemáticas trazidas a partir das discussões da terceira parte deste trabalho, tendo como base a ideia de dever de memória em Ricoeur (2007).

Segundo Recuo: Em Busca da Origem das Ações Afirmativas nos EUA

Na segunda metade dos anos 1990, sob a presidência de Bill Clinton, também contemporâneo de FHC, as ações afirmativas norte-americanas foram marcadas por proposições de iniciativa local que as questionavam diante dos tribunais, fazendo o

atentados terroristas de 11 de Setembro, enquanto delegações ainda estavam em trânsito de retorno, as dificuldades da conferência e os documentos finais produzidos nela ficaram em segundo plano.



direito de igualdade preconizado na Constituição estadunidense, ora respaldar o tratamento diferenciado, e ora abolir estratégias de garantia de equidade.

Nesse íterim, enquanto algumas Universidades desautorizavam funcionários a usar raça, etnia ou origem nacional como fator de decisão no processo de admissão de alunos para cursos de graduação e pós-graduação, outras definiam critérios para um tratamento diferenciado. Anderson (2005, p. 275) ilustra a confusão citando como exemplo a previsão de Ward Connerly, ex-Regente da Universidade da Califórnia, que havia antecipado, após a aprovação da Proposta 209, em 1996, que as iniciativas contrárias ao tratamento preferencial nas admissões teriam impulso "como um trem de carga"; tendo sua previsão, no entanto, sido contrariada no ano seguinte, com as votações em Houston, Texas.

Segundo Anderson (2005), o presidente Bill Clinton revisitou as diretrizes vinculadas às ações afirmativas sob responsabilidade das agências federais norte-americanas, declarando seu apoio aos programas de ação afirmativa e anunciando como política de seu governo o objetivo de repará-las e não de acabá-las, inserindo em seu discurso, como um marco histórico, a simples frase "*Mend it, don't end it*" (conserte, não termine), que teve grande apelo popular, aprovando um grande número de programas que aumentaram o acesso de estudantes negros e de minorias sociais no Ensino Superior.

Nesse aspecto, Osuagwu (2014) cita que o presidente Bill Clinton revelava uma agenda dupla vinculada às ações afirmativas; por um lado, restaurar o sonho americano pela garantia de oportunidades de crescimento para todos e, por outro, construir uma sociedade americana forte em meio à diversidade. As ações de Clinton são definidas por Osuagwu (2014) como sendo uma das poucas medidas abertamente proativas relacionadas às ações afirmativas adotadas por um presidente norte-americano nas últimas três décadas.

Para Anderson (2005, p. 273), no entanto, Bill Clinton estava mais preocupado em lutar por sua vida política do que comprometido com os programas em si, o que fez com que as ações afirmativas chegassem ao fim em alguns locais do país, a despeito do seu expresso apoio à elas. Nessa mesma época, tribunais já recusavam-se a ouvir ações judiciais relacionadas às ações afirmativas, deixando a cargo dos eleitores e dos Reitores, ou ocupantes de cargos administrativos equivalentes nas Universidades, o futuro dessas políticas. Tais decisões que, nos EUA dos anos de



1990, já se tornavam de praxe, no Brasil, chegariam a ser tomadas pelas Reitorias das Universidades apenas a partir do início da primeira década dos anos 2000.

Nos EUA, no início dos anos 1990, enquanto o pai de George W. Bush, o então presidente George H. W. Bush, assinava medidas que não consideravam os afro-americanos como beneficiários das ações afirmativas, cortes locais julgavam a favor de sua inconstitucionalidade. Já na década de 1980 e final de 1970, nos governos dos presidentes Reagan, Carter e Nixon, os maiores embates em torno das ações afirmativas envolviam a ocupação de postos de trabalho, e não de formação, para as minorias de forma geral e não apenas para o povo negro (AAAED, 2014).

Segundo Feres Junior (2006), nos Estados Unidos, as ações afirmativas, diante de um texto constitucional quase duzentos anos mais velho que o brasileiro, tiveram sua constitucionalidade reconhecida por meio de processos judiciais que ganharam notoriedade, como nos casos *University of California versus Bakke* (1978), que foi o primeiro caso nesse sentido a alcançar a Suprema Corte norte-americana e também o caso *Grutter versus Bollinger* (2003); tais casos, diante da disputa acirrada no seu julgamento, retrataram, segundo o autor, os conflitos políticos e as questões morais vinculadas às ações afirmativas, fundando o tema como um dos mais controversos na história da Suprema Corte norte-americana, alvo de interpretações, significados e finalidades conflituosas até a atualidade.

A demora de mais de uma década para aceitar o julgamento das ações afirmativas pela Suprema Corte americana, que escolhe seus casos a partir de um critério de “relevância constitucional”, fez com que essas ações se expandissem rapidamente da Universidade ao emprego público, num movimento que revelava, se não um “consenso progressista”, ao menos uma leniência frente ao tema, julga Feres Junior (2006). Ainda, segundo o autor, restando necessária a decisão sobre essas políticas, a apertada margem a favor da constitucionalidade das ações afirmativas refletiu, posteriormente, na adoção de posições restritivas em uma crescente em todo o país, conforme pudemos constatar na história mais recente levantada mais acima.

Assim como no território norte-americano, no Brasil, dez anos passaram-se desde a evocação do sistema de cotas até o julgamento de sua constitucionalidade e, nesse meio tempo, a autonomia das Universidades brasileiras na definição dos critérios de elegibilidade dos candidatos aos vestibulares e processos seletivos



alcançou resultados significativos na inclusão étnico-racial no Ensino Superior, assim como nos EUA.

Referência para a contagem feita por Feres Junior (2006), a Lei de Proteção aos Direitos Civis de 1964, o *Civil Rights Act* norte-americano, assinada pelo então presidente Lyndon Johnson, se tornou um marco na proibição da discriminação em território americano. Anderson (2005, p. 97) cita que quase 250 anos de escravidão e mais 100 anos de vigor das leis de segregação racial (as leis de Jim Crow) eram deixados para trás, no ato que ele definiu como sendo seu leito de morte. O presidente, na ocasião da assinatura, declarou que este seria um importante passo para a igualdade de todos os cidadãos americanos e para o progresso da América em direção à justiça plena. Foi assim que a discriminação racial passou a não mais ser considerada justa na “*Land of the Free*” (terra dos livres). Ato equivalente ao de 1964 dos EUA, no Brasil, aconteceria apenas na ocasião da assinatura do Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288/2010), pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além da clara disparidade temporal em que ambos os países assumiram manifestadamente a responsabilidade pela dívida histórica de enormes proporções causada pelos anos de escravidão, sobre estes textos legais cabe destacar que, não apenas as ações afirmativas foram evocadas, mas a ideia de reparação social dos danos persistentes no momento presente, diante de um passado sobrevivente na memória, alcançavam as políticas públicas de Estado, reconhecendo-a como um dever para ele próprio e um direito para as gerações afetadas.

Nos Estados Unidos, no entanto, o conceito de ações afirmativas já aparecia muito bem delineado no início da década de 1960, a partir de um conjunto de políticas públicas e privadas de combate à discriminação social lançado no governo do presidente J. F. Kennedy (SILVA, 2019) e seguido pelos atos do seu vice-presidente Johnson, que assumiu a presidência após seu assassinato. Em 1961, segundo a *American Association for Access, Equity and Diversity*⁷ – AAAED (2014), na Ordem Executiva Nº 10925, do Presidente John F. Kennedy, foi usado pela primeira vez na história o termo ação afirmativa, com vistas a garantir que os contratados pelo Governo Federal tivessem assegurado um tratamento igualitário, independentemente de questões de raça, cor, religião, sexo ou nação de origem.

⁷ Associação Americana para Acesso, Equidade e Diversidade.



Antes disso, segundo Silva (2019), já em meados de 1940, existiam discussões voltadas para a criação de mecanismos legais para não permitir a discriminação racial em seleções públicas. Nesse ponto é importante diferenciar a função catalizadora que teve a Segunda Guerra Mundial para as Universidades de pesquisa e as *Community Colleges* norte-americanas, tendo em vista o investimento em programas de interesse militar e a lei de reinserção dos veteranos de guerra, para os quais foi feito um amplo programa de bolsas de estudos de Ensino Superior, conforme descrito por Moraes (2013). Anderson (2005) levanta ainda que as lideranças norte-americanas sabiam o quanto era contraditório lutar contra o nazifascismo alemão na Segunda Guerra, e continuarem cegos ao fascismo que tinham dentro da própria casa e, esse entendimento, norteou muitos movimentos sociais para a ideia da necessidade de reparação social.

Segundo Anderson (2005), vinculada às questões trabalhistas, as ações afirmativas, enquanto conceito de reparação de injustiça social, tiveram um aparecimento precoce no ano de 1935 nos EUA, no final do período do *New Deal*, no entanto, ainda distante do uso corrente do termo.

Para Além da História: Algumas Implicações das Origens das Ações Afirmativas a Partir do Dever de Memória em Ricoeur

Tratando da memória, da história e do esquecimento, Paul Ricoeur (2007) levanta o que considera como sua fonte de um engajamento público. O autor, apontando suas preocupações em relação aos excessos de memória e de esquecimento e seus respectivos erros de memória, traz o dever de memória enquanto uma política de justa memória. Em solidariedade com essa proposição, apresentamos aqui ao seu exame algumas das prerrogativas das políticas de ação afirmativa.

Nesse sentido, quando passa a tratar do exercício de memória, Ricoeur (2007) conclui que exercício e uso da memória são equivalentes. Nessa perspectiva, pressupõe que “o uso [da memória] comporta a possibilidade do abuso [...]. É pelo viés do abuso que o alvo veridativo da memória está maciçamente ameaçado (p. 72). Esses abusos, no entanto, tanto podem constituir impedimentos potencialmente reversíveis, quanto podem levar ao apagamento incontornável da memória.



Também dentro da ideia de dever de memória, ao tratar das patologias da memória a partir de uma perspectiva psicanalítica, Ricoeur (2007, p. 92) sugere a possibilidade de se falar de “traumatismos coletivos” e “feridas da memória coletiva” para além da simples analogia e numa perspectiva direta; nas palavras do autor: “a noção de objeto perdido encontra uma aplicação direta nas ‘perdas’ que afetam igualmente o poder, o território, as populações que constituem a substância de um Estado”.

Ao rápido exame da história norte-americana que propusemos nas primeiras partes desse estudo, percebemos momentos de avanço e retrocesso na implementação das ações afirmativas, movidos, assim como no Brasil, por interesses de agenda político-partidária. Por outro lado, após décadas de ações afirmativas em território americano, uma política pública que nasceu para ser provisória perdura ainda com base em uma tentativa de “pagamento” de uma dívida histórica que outras gerações herdaram, a despeito de não terem vivido à época dos terríveis acontecimentos que lhe deram origem.

Desse modo, não devemos perder de vista também os seguintes questionamentos: Até quando vai essa dívida? Seremos capazes de um dia declará-la paga? As ações afirmativas são de fato correspondentes à uma dívida passada ou, de outro modo, são fruto de uma dívida corrente?

Uma pista para compreensão de uma perspectiva onde tais dívidas se inseririam na condição do imperdoável, está no fato de que, apesar de a escravidão não existir mais, o que ela foi como acontecimento determina a irreversibilidade de sua origem, a qual não pode ser apagada ou contestada, a despeito de muitas vezes na história ter sido refutada. Nas palavras de Ricoeur (2007, p. 505):

...a memória continua a ser o guardião da última dialética constitutiva da preteridade do passado, a saber, a relação entre o “não mais” que marca seu caráter acabado, abolido, ultrapassado, e o “tendo sido” que designa seu caráter originário e, nesse sentido, indestrutível.

Apesar, no entanto, de não poder ser apagado, o acontecimento histórico do passado, a sua representação mnemônica no tempo presente, que é definida por Ricoeur (2007) como um “veículo do vínculo com o passado”, pode ser ressignificada. Diante desse entendimento, a meta da memória, ou justa memória, é alcançada na medida em que ela permite, pela crítica histórica, que o passado, em sua



reconstrução, suscite uma forma de ressurreição dele próprio, segundo Ricoeur (2007). Assim, a memória antes impedida, manipulada, comandada, poderia dar lugar a uma memória apaziguada, reconciliada, feliz.

Dada a gravidade dos acontecimentos que fundaram a necessidade das ações afirmativas, lançamos o questionamento sobre o tipo de memória que ela pode restituir. Talvez o mais próximo que se poderia chegar de uma memória feliz seria o entendimento dela como um poder apaziguador, que resulta em fins terapêuticos, morais e políticos para suas vítimas (RICOEUR, 2007, p. 490).

A representatividade resultante dessas memórias apaziguadas, apesar de poder se concretizar a partir de formas institucionalizadas, não excluem a possibilidade de divergência de interpretações.

O paradoxo é que instituições não têm consciência moral e são seus representantes que, ao falarem em seu nome, lhes conferem algo como um nome próprio e, com ele, uma culpabilidade histórica. Certos membros das comunidades envolvidas podem contudo não se sentir engajados pessoalmente por uma solidariedade cultural que detém uma força que não a da solidariedade política da qual resulta a responsabilidade coletiva (RICOEUR, 2007, p. 485).

É aqui onde podemos inferir, a partir do dever de memória proposto por Ricoeur (2007), a possibilidade de criticar, corrigir e desmentir a história. Assim, conclui-se que a mudança vista pelos brasileiros não foi uma dita importação da segregação racial aos moldes dos EUA embarcada no bonde das políticas de ação afirmativa mas, de outro modo, aconteceu o resgate, pela memória, daquilo que a história contada pelos vencedores tentava há mais de um século encobrir. Desmentir uma determinada comunidade sobre a memória coletiva construída é, para Ricoeur (2007), um ponto fundamental quando se tem a considerar os sofrimentos de outras comunidades. Esse é, segundo o autor, o caminho da crítica histórica que faz com que a memória enfim encontre o sentido de justiça.

Ainda que em um futuro próximo, tomando um caminho inverso em relação às posições de governo conservadores que comandam o Brasil e os Estados Unidos, as lideranças de Estado venham tentar reparar o dano causado a quem hoje negam direitos conquistados com muita luta, cabe se perguntar até que ponto essa reparação deve ser entendida como um perdão das dívidas históricas. Segundo Ricoeur (2007, p. 484), o perdão não se insere no circuito de trocas e, portanto, não pode ser fundado



pela busca da equivalência entre sua oferta e demanda, como se faz com qualquer mercadoria.

A partir da assertiva de Derrida, Ricoeur (2007, p. 475), ressalta o caráter extraordinário e excepcional do perdão, destacando que, quando pensado para reestabelecer uma normalidade, seja social, nacional, política ou psicológica, este assume uma função normal, normativa e normatizante que não lhe é intrínseca. Um pouco mais adiante, a partir da obra de Karl Jaspers, escrita no pós-guerra, Ricoeur (2007, p. 476), levanta que o perdão gera impunidade ao passo em que não age diretamente sobre a falta mas, marginalmente, sobre o culpado, dentro da contraditória prerrogativa de que, nessa dimensão social, o perdão só é possível à medida em que se pode também punir, sendo a punição devida sob um regime legal que a preconiza como regra em caso de infração.

Ainda tratando sobre o perdão, Ricoeur (2007, p. 495-496) não o desvincula do amor. Para ele, não passando de uma caricatura, o perdão institucionalizado resultante de ato político deriva em tentativas, no mínimo, fracassadas. O que o autor chama de níveis operatórios do perdão atingem um limite no ato político, portanto, e isso se dá pelo fato de que o perdão, para ele, é não apenas apolítico, mas antipolítico.

Sendo assim, no limite do imperdoável, concordamos com o caráter indelével dos fatos, que mitiga sua capacidade de mudança no passado. No entanto, pelo dever de memória, o sentido dos acontecimentos do passado sobrevivente no presente, resta perfeitamente mutável, podendo os acontecimentos serem retomados de outra forma, diminuindo a carga moral da dívida histórica a partir da “ressurreição” das expectativas dos homens de outrora, inserindo, assim, a dívida como herança e transmissão, da qual se faz finalmente o inventário, a medida em que essa dívida “religa o ser afetado pelo passado ao ‘poder-ser’ voltado para o futuro” (RICOEUR, 2007, p. 392). Assim, a memória resultante desse trabalho de justa memória passa a ser, para Ricoeur (2007, p. 507), necessariamente, portanto, uma **memória equitativa**, como as que podem ser pensadas na perspectiva das políticas públicas de ação afirmativa e seus possíveis resultados enquanto possibilidades de reparação.

Considerações Finais



No exame da história das ações afirmativas nos Estados Unidos, percebemos que, tanto a origem das ações afirmativas, quanto o reconhecimento nacional da necessidade de reparação das desigualdades fruto da escravidão, ocorreram em momentos muito anteriores em relação ao Brasil. Muitas vezes notou-se que os dois países caminharam em direções opostas, com temporalidades distintas de ascensão e declínio dessas políticas públicas, a depender da agenda partidária dos seus governantes.

No entanto, apesar do passado divergente, na atualidade, ambos países compartilham governos conservadores que têm a crítica às ações afirmativas como algo em comum, em se tratando de políticas públicas de reparação de injustiças sociais, de forma geral.

Ratificamos o papel da Universidade como espaço de voz, inclusive para as minorias, servindo como instituição catalizadora de mudanças de valores dentro das sociedades democráticas, tendo as ações afirmativas assumido um grande papel nesse processo, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos. Porém, no exame da história norte-americana, percebemos que essas políticas tiveram um enfoque maior nas reparações por meio do acesso a postos de trabalho do que ao Ensino Superior. Creditamos essa diferença à presença de um amplo sistema de Ensino público Superior no Brasil, face à inexistência de um sistema de Ensino Superior público Federal nos EUA.

Entendemos que o dever de memória trazido por Ricoeur (2007) pode também se realizar por meio de políticas públicas equitativas e, do mesmo modo, compreendemos que, por mais que essas políticas sejam amplamente efetivadas, o perdão da dívida histórica passa por um processo muito complexo que escapa sobremaneira aos interesses das ações político-partidárias de governo.

Ainda assim, as ações afirmativas podem ser entendidas como uma forma de diminuição da carga moral dessas dívidas históricas. E é nessa perspectiva que apontamos a universalização dos Direitos Humanos e a capacidade destes em mudar comportamentos, opiniões e valores, a partir da ideia de dever de memória, para que se possa encontrar uma via de ação governamental em torno do que de fato pode ser considerado justo em se tratando dos grandes crimes que a humanidade cometeu contra si própria.



REFERÊNCIAS

- AAAED - American Association for Access, Equity and Diversity. More history of affirmative action policies from the 1960s. 2014. Disponível em:
<https://www.aaaed.org/aaaed/history_of_affirmative_action.asp>. Acesso em: 05 Mai 2020.
- ALVES, J.A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 198-223, Dec. 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Out 2020.
- ANDERSON, Terry H. **The Pursuit of Fairness: A History of Affirmative Action**. New York - NY: Oxford University Press, 2005.
- BLACK LIVES MATTER. 2020. Disponível em: <<https://blacklivesmatter.com>>. Acesso em: 20 Jun 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 22 Jun 2020.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz **Ciências Sociais Unisinos** 48(1): 52-60, janeiro/abril 2012 © 2012 by Unisinos. Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.1.06/839>. Acesso em: 02 Out 2020.
- FERES JUNIOR, João. Up against the law: affirmative action and the Supreme Court. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 312-314, Nov. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Jun 2020.
- GREEN, Erica L.; APUZZO, Matt; BENNER, Katie. **Trump Officials Reverse Obama's Policy on Affirmative Action in Schools**. The New York Times. Jul. 2018. Disponível em:
<<https://www.nytimes.com/2018/07/03/us/politics/trump-affirmative-action-race-schools.html>>. Acesso em: 26 Jun 2020.
- GUAZZELLI, D. G. O dever de memória e o historiador: uma análise de dois casos brasileiros. **Rev. Mosaico**. v. 2. n. 4, 2010. Disponível em:
<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19887/62792-134936-2-PB.pdf>>. Acesso em: 17 Out 2020.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.
- MAGGIE, Yvonne. Pela igualdade. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 897-912, Dez. 2008. Disponível em:



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Jun 2020.

MBEMBE, Achille. NECROPOLÍTICA. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 07 Jun 2019.

MORAES, Reginaldo Camello Corrêa de. Paradoxos do Ensino Superior norte-americano: uma nota de pesquisar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 25-45, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Jun 2020.

OLIVEN, Arabela Campos. A marca de origem: comparando colleges norte-americanos e faculdades brasileiras. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 111-135, Mai 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. ADI 3330 / DF. 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3530112>>. Acesso em: 21 Jun 2020.

_____. ADPF 186/ DF. 2012. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>>. Acesso em: 22 Jun 2020.

OSUAGWU, Eze Simpson. Affirmative Action: Has the Election of Barack Obama Changed the Discussion?. **Journal of Politics and Law**; Vol. 7, No. 4; 2014. Disponível em: <<http://www.ccsenet.org/journal/index.php/jpl/article/view/40365>>. Acesso em: 05 Mai 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François (*et. al.*). Campinas – SP: Editora da Unicampi, 2007.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. Um panorama das ações afirmativas em Universidades Federais do sudeste brasileiro. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 184-206, Set. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000300184&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Jun 2020.